



FACULDADE DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DA AMAZÔNIA - FAM
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – Ano Base 2024

ABAETETUBA-PA
2025



FACULDADE DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DA AMAZÔNIA - FAM
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – Ano Base 2024

Relatório de Autoavaliação Institucional,
Ano Base 2024, apresentado ao Ministério
da Educação/Instituto Nacional de
Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira em
cumprimento ao determinado na Lei nº
10.861/04/SINAES.

ABAETETUBA - PA
2025



SUMÁRIO

INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	4
APRESENTAÇÃO	5
APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO E ÁREA DE ATUAÇÃO	6
POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO	6
LIMITES	6
DEMOGRAFIA	6
EDUCAÇÃO	7
Rede Pública de Ensino	7
Rede Privada de Ensino	7
A FACULDADE DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DA AMAZÔNIA – FAM	8
MISSÃO INSTITUCIONAL	8
APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA/FAM	10
DA COMPOSIÇÃO	10
DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	11
BASES LEGAIS	11
OBJETIVOS DA AUTOAVALIAÇÃO	12
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE AUTOAVALIAÇÃO	13
ETAPAS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO	14
CRONOGRAMA DE AÇÕES DA CPA PARA A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE 2024	16
RELATÓRIO FINAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	17
RESULTADOS OBTIDOS NA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2024 DA FAM	19
POTENCIALIDADES, FRAGILIDADES E AÇÕES CORRETIVAS PROPOSTAS	21
ANEXOS – INSTRUMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO	25



INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

Mantenedora:

FEAM - FACULDADE DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DA AMAZONIA LTDA.

CNPJ: 13.192.090/0001-01

Rodovia Doutor João Miranda, nº 3072, Altos, Bairro Bosque

CEP: 68440-000 – Abaetetuba / PA

Site: www.faculdefam.edu.br

IES/Mantida:

FACULDADE DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DA AMAZÔNIA – FAM

Rodovia Doutor João Miranda, nº 3072, Altos, Bairro Bosque

CEP: 68440-000 – Abaetetuba / PA

Site: www.faculdefam.edu.br

Caracterização da IES: Instituição Privada de Educação Superior - Graduação e Pós-graduação.

Estado: Pará.

Município Sede: Abaetetuba.

COMPOSIÇÃO DA CPA

Coordenador e Representante Docente

Kevin Santos da Silva

Representante Técnico-administrativo

Thayana Rodrigues da Cunha

Representante Discente

Bruna Herlen Costa Silva

Representante da Sociedade Civil Organizada

Paulo Higino da Cruz Sena



APRESENTAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia (FAM) visando a realização dos processos de autoavaliação institucional que abranja os diferentes segmentos da comunidade institucional, assim como as dimensões constituintes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), apresenta este relatório a fim de apresentar à comunidade acadêmica, à comunidade externa e aos órgãos reguladores da educação superior, os resultados da autoavaliação institucional realizada no ano de 2024. Nele estão expressas as fragilidades, as potencialidades e propostas corretivas propostas para determinados indicadores.

Ressalta-se que o processo autoavaliativo é construído permanentemente, e, para o seu sucesso efetivo é fundamental que o conteúdo dos relatórios de autoavaliação recebam a devida atenção por parte de todo corpo diretivo, em todos os seus níveis, no sentido de fornecer informações úteis em orientar a tomada de decisões, assim como, ser apreciado como instrumento indispensável na elaboração do planejamento estratégico para os anos seguintes.

Nesta perspectiva, este documento destina-se inicialmente aos membros da administração superior, aos integrantes dos conselhos superiores, incluindo coordenadores de cursos e diretorias institucionais, pois entender-se a importância do envolvimento desses agentes na implementação das medidas aqui propostas. São ainda destinatários deste documento todos os indivíduos ou grupos que tenham algum interesse nos serviços educacionais prestados pela FAM enquanto instituição de educação superior, embora possam não estar diretamente envolvidos no seu cotidiano, incluindo a comunidade local, regional ou estadual, a mídia em geral, os legisladores, os governantes, os pais e familiares de alunos e outros que de alguma forma sejam beneficiários das ações realizadas por esta IES.

Assim, a CPA da FAM disponibiliza o presente relatório de autoavaliação, apresentando inicialmente as informações institucionais, a contextualização do Município no qual esta IES está inserida e posteriormente a contextualização da IES com breve descrição de sua história. Em seguida é apresentada a missão institucional, a apresentação da CPA e sua composição, a concepção teórica da avaliação institucional e sua base legal, objetivos da avaliação, procedimentos metodológicos, etapas do processo, cronograma de atividades, potencialidades, fragilidades, propostas de ações corretivas e os resultados da análise dos dados obtidos.



APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO E ÁREA DE ATUAÇÃO

População e Localização.

Abaetetuba é um município do estado do Pará, situado na região norte do Brasil. O município pertence a microrregião de Cametá, mesorregião Nordeste Paraense. Abaetetuba encontra-se distante, em linha reta, 72 Km da capital do estado, Belém, e está localizado à margem direita do rio Maratauíra, um importante afluente da bacia hidrográfica do rio Tocantins-Araguáia.

Abaetetuba possui uma área territorial de aproximadamente 1.610,646km², com uma população estimada de 158.188 pessoas distribuídas em zona urbana e rural, compreendendo a região do arquipélago (72 ilhas) e região das estradas e ramais (incluindo, o distrito de Beja e 49 colônias agrícolas), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). A densidade demográfica do município é de 98,21 habitantes por Km² (IBGE, 2022) e índice de desenvolvimento humano de 0,628 % (IBGE (2010)).

Limites

O Município de Abaetetuba pertence à Mesorregião do Nordeste Paraense e à Microrregião de Cametá. A sede "municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 01°43'05" sul e longitude 48°52'57" oeste de Greenwich. Limita-se ao Norte com o Rio Pará e Município de Barcarena, ao Leste com o Município de Moju, ao Sul com os Municípios de Igarapé-Miri e Moju e a Oeste com os Municípios de Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru e Muaná.

Demografia

O crescimento demográfico da cidade Abaetetuba atingiu um índice significativo, passando de 74.545 habitantes (1980) no último ano de referência para uma população estimada em 139.749 habitantes (IBGE, 2010). Contudo, a área municipal em Km² permaneceu inalterada. Este fato pode ser usado para explicar o aumento da densidade demográfica no município, considerando que o território em Km² do município mantém as mesmas dimensões, enquanto houve um aumento do número de habitantes. Tal processo deve-se, em certa medida, a implantação do polo industrial localizado na cidade de Barcarena, o qual impactou diretamente a Produto Interno Bruto (PIB) do município através da geração de empregos e atraindo novos empreendimentos para a região.

Entre o final da década de 1980 e início da década de 1990 houve claro crescimento populacional no município de Abaetetuba, relacionado principalmente a migração de munícipes da zona rural (estradas, ramais e ilhas) para o centro urbano do município, além



de trabalhadores de outras regiões do Brasil que, em busca de emprego, passaram a residir na zona urbana do município. Além disso, diversas empresas instalaram-se no município nos anos recentes, considerando a grande rede de bens e serviços oferecidos pela cidade fato refletido no PIB municipal (9.840,05 R\$). A atividade econômica predominante no município é o setor terciário (comércio e serviços), que conta com uma ampla rede de estabelecimentos dos mais diversos ramos de atividades.

Educação

A educação em Abaetetuba é atendida por instituições de ensino público e privado que atuam em todos os níveis de ensino, incluindo educação básica e superior. Considerando especialmente as instituições de ensino superior do município, tem-se as descritas a seguir:

Rede Pública de Ensino

- Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus Abaetetuba.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, Campus Abaetetuba.

Rede Privada de Ensino

- UNIASSELVI
- Univesidade UNOPAR
- Faculdade Anhanguera
- Universidade Paulista - UNIP
- Universidade CESUMAR – UNICESUMAR
- Escola Superior da Amazônia – ESAMAZ
- Faculdade de Ciências Médicas AFYA Abaetetuba
- Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia – FAM

Em Abaetetuba, considerando a educação básica, a maior oferta é para o ensino fundamental (184 escolas), seguida pela oferta de educação infantil (156 escolas) e, finalmente, ensino médio (26 escolas), incluindo instituições privadas e públicas de ensino localizadas ao longo de toda a extensão do município (IBGE, 2010).

Considerando o quantitativo de matrículas, destaca-se o maior número de estudantes no ensino fundamental, seguido daqueles do ensino médio e educação infantil (IBGE, 2010). O público do ensino fundamental é maior do que os demais níveis de ensino, refletindo, portanto um quadro distributivo na área de educação com maior responsabilidade da rede municipal de ensino quando somadas as competências obrigatórias dos entes federados.



Há um predomínio de escolas e matrículas na rede municipal de ensino, conseqüentemente há também maior quantidade de docentes lotados no ensino fundamental. Além disso, os docentes que atuam no ensino médio também alcançam um patamar significativo, por se tratar de profissionais que necessariamente atuam ministrando disciplinas específicas, conforme a legislação vigente.

A FACULDADE DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DA AMAZÔNIA – FAM

A FAM insere-se na realidade do estado do Pará, segunda maior unidade federativa do Brasil em área territorial e detentor de 14,65% de toda a área territorial do país, 1.247.954,666 km². Vale destacar que 80,20% da área territorial do estado do Pará (1.000.930 km²) é composta de floresta de terra firme. O Estado é composto por 144 municípios, distribuídos em seis Mesorregiões e vinte e duas Microrregiões. As Mesorregiões são caracterizadas, principalmente, em razão de semelhanças econômicas, sociais e políticas, enquanto as Microrregiões são estabelecidas levando em conta a estrutura produtiva.

A FAM está localizada na cidade de Abaetetuba, município constituído por uma área urbana e outra ampla área rural (incluindo, um arquipélago de 72 ilhas e 49 comunidades rurais, além do Distrito de Beja, banhado pelo rio Pará e importante via para exportação de minérios através do porto da Vila do Conde). Além disso, o município localiza-se a 30 km do Polo Industrial na Vila dos Cabanos.

Atualmente, Abaetetuba conta com três instituições de ensino superior privadas que oferecem cursos 100% presenciais que abream estudantes dos municípios da microrregião de Cametá, dentre elas a Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia.

A FAM iniciou suas atividades acadêmicas em 2014, com a oferta de quatro cursos, incluindo Bacharelado em Administração, Licenciatura em Educação Física, História e Pedagogia. Além disso, nos anos seguintes com intuito de incluir os egressos do ensino médio da região e proporcionar maior leque de escolha de cursos de nível superior em diversas áreas, a FAM iniciou seu processo de expansão na oferta de outros cursos, incluindo Bacarelado em Serviço Social, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Psicologia, Odontologia, Engenharia Civil e Mecânica, e Direito, todos atualmente em funcionamento.

Missão Institucional

A FAM tem como missão investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competências para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação. Para tanto, a Instituição promove a educação



superior integrando o ensino e a extensão, visando à formação de sujeitos empreendedores comprometidos com o autoconhecimento, a transformação social, cultural, política e econômica de Abaetetuba e região.

Seu dever é orientar e desenvolver iniciativas que aumentem a qualidade do Ensino, cuminando na formação de sujeitos responsáveis, comprometidos com o seu autodesenvolvimento e com o progresso da sociedade. Para tanto, partilha dessa responsabilidade com seus ingressos e organizações locais.

Além disso, a Instituição almeja se tornar locus de referência no ensino superior no estado do Pará, assumindo o compromisso institucional de promover o desenvolvimento educacional da região e participar da inserção dos seus egressos no mercado de trabalho e outros empreendimentos. Como instituição, entende que a garantia de uma interação dinâmica com a sociedade e geral, e com o mercado de trabalho, em particular, definem campos de atuação acadêmica efetivos no presente e futuro.

Reconhecendo a crescente importância de conhecimentos técnico e científico, além de uma educação humanista, para a formação de sujeitos competentes e produtivos, assim como para o desenvolvimento da sociedade, a FAM pretende produzi-los articulando o ensino e extensão a partir da análise da realidade social, econômica, política e cultural local, buscando compreender melhor e mais profundamente a realidade que seu egresso irá contribuir para transformar. Nesse sentido, esta Instituição tem como diretriz uma formação que combina e equilibra o desenvolvimento técnico e humanístico e que promove a visão sistêmica do estudante.

Não obstante, o processo de formação do profissional deve abranger uma série de compromissos com a realidade social enquanto sujeito partícipe de sua construção qualitativa, ao mesmo tempo em que assumirá o exercício profissional na direção da resolução dos problemas locais e regionais.

Para realizar essa missão, a Instituição também parte da necessidade de que, enquanto agência promotora de educação superior, deva ser possuidora de uma política de graduação completa, sólida e articulada organicamente a um projeto de sociedade e de educação.



APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA/FAM

A história da CPA da FAM teve início no dia 1 de agosto de 2014, a partir da eleição da primeira comissão e primeira gestão desta comissão na referida IES. Ao longo dos anos a CPA/FAM passou por 5 mandatos, sendo a última comissão instituída no dia 11 de janeiro de 2024 pela Portaria Geral FAM Nº 11/2024. A atual CPA foi constituída por ato do dirigente máximo da IES e assegura a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, de acordo com os dispositivos do Artigo 11 da lei 10.861/04.

Ao longo dos anos a esta comissão tem como foco o cumprimento dos padrões de qualidades estabelecidos na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que prevê entre outras coisas, a criação de CPA, a fim de realizar avaliações internas das IES de todo Brasil.

A CPA/FAM durante a sua história tem se empenhado no sentido de conscientizar e sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a nova concepção de avaliação, bem como se esforça para auxiliar no processo administrativo institucional e na sua utilização como instrumento de gestão, fortalecendo o processo democrático interno, com legitimidade, transparência e objetividade.

A autoavaliação institucional é um processo de acompanhamento contínuo das atividades e da implementação de mudanças necessárias ao contexto institucional, com vistas o cumprimento da missão institucional fundamentada nas dimensões descritas pelo SINAES. Essa avaliação institucional é entendida prioritariamente como forma de retroalimentar o PDI e, por consequência, provocar a implementação de ajustes quanto a tomada de decisões no âmbito institucional necessárias para o desenvolvimento de uma educação superior com qualidade.

Essa perspectiva torna-se "organizadora" dos ideais de melhoria do desenvolvimento da educação superior. Além de constituir-se um referencial para todos os envolvidos no processo de implementação e consolidação da avaliação institucional sempre visando melhorias permanentes da qualidade da Educação Superior oferecida pela FAM.

Da Composição

A partir da Portaria Geral FAM Nº 11/2024, e de acordo com os aportes legais vigentes, a Diretoria Geral da FAM representada pela Professora Dr^a Veridiana Valente Pinheiro Castro, a fim de cumprir todos os requisitos legais estabelecidos na Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, especificamente o artigo 11, nomeou os representantes da Comissão Própria de Avaliação para o mandato em vigor, incluindo todos os seguimentos da comunidade acadêmica e sociedade civil de maneira equivalente, a saber:

Tabela 1: Descrição dos membros da CPA/FAM e suas funções.



NOME	REPRESENTAÇÃO / FUNÇÃO
Kevin Santos da Silva	Representante Docente / Coordenador
Bruna Herlen Costa Silva	Representante Discente
Thayana Rodrigues da Cunha	Representante Técnico Administrativo
Paulo Higino da Cruz Sena	Representante da sociedade civil organizada

DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Tendo como finalidade a transformação contínua da realidade institucional, assim como o compromisso com a transformação da sociedade, além de um eficaz instrumento no processo de reconstrução da educação brasileira, a avaliação institucional, a cada momento assume posição de destaque dentre as IES do país.

Na FAM, a autoavaliação institucional é realizada com vista a identificar as potencialidades e as fragilidades no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo com a tomada de decisões que visem a melhoria da qualidade do processo educacional nos seus sentidos mais amplos.

No processo avaliativo são sempre considerados o ambiente externo, as tendências, os riscos e as oportunidades para crescimento da Instituição, incluindo ainda a análise de todas as estruturas da oferta e demanda.

As orientações e instrumentos utilizados para determinar o processo de autoavaliação institucional apoiam-se na Lei de Diretrizes e Bases 9.394/1996, nas diretrizes curriculares de cada curso oferecido pela FAM, no Decreto 3.860 e na Lei 10.861, que institui o Sistema de Avaliação da Educação Superior. Além disso, retratam o compromisso institucional com o autoconhecimento e sua relação com o todo, em prol da garantia de qualidade de todos os serviços que a FAM oferece para a sociedade, atendendo a sua responsabilidade em relação à oferta de educação superior de qualidade.

Bases Legais

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), 9.394/1996, (inciso IX do Art. 9), a Avaliação Institucional tornou-se uma exigência legal para a educação superior brasileira, tendo sido atribuído à União “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do Sistema Federal de Ensino Superior”. Em seu Art. 46, a LDBEN determina que “a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processos reguladores de avaliação”.



O Decreto 3.860, de 9 de julho de 2001, normatizou os princípios da LDBEN, atribuindo ao Ministério da Educação a coordenação da avaliação dos cursos, programas e das instituições de ensino superior. O mesmo decreto, define ainda em seu Art. 17, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) como órgão organizador e executor da avaliação, assim como as ações que compreendem o referido processo, as quais sejam:

- Grau de autonomia assegurado pela entidade mantenedora;
- PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Independência acadêmica dos órgãos colegiados da instituição;
- Capacidade de acesso a redes de comunicação e sistemas de informação;
- Estrutura curricular adotada e sua adequação com as diretrizes curriculares nacionais de cursos de graduação;
- Critérios e procedimentos adotados na avaliação do rendimento escolar;
- Programas e ações de interação social;
- Produção tecnológica e cultural;
- Condições de trabalho e qualificação docente;
- Autoavaliação realizada pela instituição e providências adotadas para saneamento das deficiências identificadas;
- Resultados de avaliações coordenadas pelo MEC.

O Parecer CNE - CES n° 63, de 20 de fevereiro de 2002, aprovou o Sistema de Avaliação do Ensino Superior após homologação do Parecer CNE/CES n° 366/2001.

No cenário da Educação Superior brasileira, a Avaliação Institucional trouxe, como proposta, o estímulo à formação de cidadãos capazes de pensar com autonomia para atuar de forma dinâmica e habilidosa diante dos problemas da vida moderna. Estímulo este que veio substituir o conceito de ministrar conteúdos, pelo de construir competências e habilidades.

Objetivos da Autoavaliação

São objetivos deste processo de autoavaliação:

- I. Consolidar o compromisso social, científico e cultural da FAM;
- II. Construir um planejamento institucional norteado pela gestão democrática e pela participação coletiva
- III. Estimular o processo de autoavaliação e autocrítica, como elementos fundamentais para o crescimento pessoal, coletivo e institucional;
- IV. Garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino e da extensão;



- V. Promover um processo contínuo de avaliação institucional;
- VI. Incentivar os membros e profissionais da CPA, no sentido de realizar estudos e pesquisas fundamentadas em suas atividades na comissão;
- VII. Estabelecer diagnósticos e redirecionar as ações da Instituição a partir da Avaliação institucional;
- VIII. Promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação na FAM;
- IX. Valorizar a representatividade e a participação como condição para a conquista de um processo avaliatório legitimado pelos que dele participam e se beneficiam.

Procedimentos Metodológicos de Autoavaliação

Considerando a flexibilidade e a liberdade preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996 e pela Lei 10.861/2004 que instituiu o SINAES, o estabelecimento de critérios e normas rígidas para a avaliação seria contraproducente, considerando que todo processo avaliativo não se encerra em si mesmo.

O processo de autoavaliação deflagrado pela CPA, organismo designado à planejar, organizar, refletir e cuidar do processo avaliativo garantindo o envolvimento de toda a comunidade acadêmica contou com o apoio dos gestores da FAM, através da disponibilização de informações e dados confiáveis.

A fim de atender às disposições da Lei 10.861, a CPA considerou as diferentes dimensões institucionais, no entanto, em se constituindo de um processo democrático, que se constrói ao longo do seu desenvolvimento, sujeito, portanto, a tantas variáveis quanto o número de agentes envolvidos, serão as mesmas revistas nas próximas avaliações. Por esta razão, se faz necessário o estabelecimento dos métodos e ações a serem adotados para identificação e saneamento das eventuais fragilidades institucionais.

Para esta avaliação, a CPA adotou a utilização de questionários online, a fim de alcançar toda a comunidade acadêmica, incluindo o corpo docente, discente e técnico administrativo. Os questionários foram disponibilizados através da plataforma Google Formulários, aos quais qualquer membro da comunidade acadêmica poderia ter acesso dentro do prazo de aplicação da autoavaliação através dos links disponíveis nos sites oficiais da IES na internet. Além disso, adotou-se a aplicação de instrumentos de avaliação objetivos (questionários fechados, de múltipla escolha), visando a obtenção de dados de fácil interpretação, sistematização e divulgação.

Os métodos adotados partiram do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.

A metodologia proposta orienta o processo quanto às decisões, técnicas e métodos



adotados de forma flexível para, diante de situações concretas, assumirem novos contornos, adotar decisões e técnicas mais oportunas e diretamente vinculadas às situações em pauta.

Como mecanismos de divulgação dos relatórios da Autoavaliação Institucional, a IES realizará seminários, palestras e reuniões técnicas com a comunidade acadêmica. Para problemas complexos ou polêmicos, foram adotados métodos que preservaram a identidade dos participantes.

Etapas do Processo de Autoavaliação

a) Etapa I - Planejamento e Preparação Coletiva

O objetivo desta etapa é planejar a autoavaliação, estimular e envolver os atores, ressaltando a importância do processo. Nesta etapa foram consolidadas as seguintes ações:

1. Reuniões da Comissão Própria de Avaliação - CPA, com a função de coordenar e articular o processo de autoavaliação;
2. Planejamento da autoavaliação com a definição de objetivos, estratégias, metodologia, recursos e cronograma;
3. Sensibilização da comunidade acadêmica num primeiro momento (através dos coordenadores de curso, professores e representantes de turma), em seguida reunião com a comunidade acadêmica objetivando buscar o envolvimento no processo;

b) Etapa II - Execução do Projeto

O objetivo desta etapa é a concretização das atividades programadas na proposta de autoavaliação, as ações desenvolvidas foram:

1. Análise e reestruturação dos instrumentos de avaliação (questionários);
2. Aplicação dos instrumentos de avaliação;
3. Definição da metodologia de análise e interpretação de dados;
4. Sistematização dos dados após tabulação dos resultados.

• **Reuniões com os membros da CPA:** Momento para análise e incorporação das ações planejadas, de forma coletiva e democrática e para a definição dos instrumentos avaliativos a serem construídos.

• A comunicação e a troca de informações neste momento são fundamentais para a articulação entre os participantes das ações a serem desenvolvidas e das metodologias a serem utilizadas;

• O grupo se reuniu para realizar análises gerais e específicas, apresentando um cronograma de ações que previssem datas de aplicação, acompanhamento e os responsável por cada ação proposta.



- A programação coletiva da aplicação das ações trouxe oportunidades excelentes para melhoria do processo, considerando a diversidade de experiências e percepções de cada participante das ações desenvolvidas.

- Os instrumentos de avaliação foram construídos para aplicação em toda a comunidade acadêmica e atuaram como objetos intermediários e subsidiários na identificação das fragilidades e potencialidades institucionais. Na construção desses instrumentos, foram abordados os conteúdos teóricos e práticos envolvidos em cada situação.

- A análise partiu da apropriação e confrontamento dos dados levantados pela CPA.

- Elaborou-se, após todas essas etapas de atividades, o presente relatório de autoavaliação institucional.

c) Etapa III - Consolidação da Programação de Direcionamentos

O objetivo desta etapa é a incorporação dos resultados obtidos a partir da autoavaliação e buscar, através dos mesmos, melhorias na qualidade dos serviços educacionais da FAM. As ações previstas para essa etapa foram:

1. Sistematização dos resultados para a comunidade acadêmica e administrativa;
2. Elaboração de um relatório final contendo os resultados dos apontamentos da comunidade acadêmica a partir da adesão aos instrumentos de avaliação, análise e interpretação dos dados;
3. Divulgação dos resultados obtidos para a comunidade acadêmica;
4. Planejamento da aplicação dos resultados visando saneamento das deficiências detectadas.
5. Entrega do relatório de autoavaliação as direções da IES.
6. Realização de assembleias, reuniões e outros momentos para avaliar os resultados e transformá-los em elementos passíveis de mudanças.
7. Reunião de trabalho para traçar mecanismo para a busca coletiva e democrática de soluções.
8. Ampla divulgação dos resultados, por meio de reuniões, de documentos informativos impressos ou eletrônicos, que serviram para tornar públicos os diagnósticos constituídos e as consequentes ações de transformação vinda do processo avaliativo.
9. Utilização dos resultados como subsídios para elaboração de políticas e mudanças a serem implementadas no âmbito institucional.



Cronograma de ações da CPA para a Autoavaliação Institucional de 2024

FACULDADE DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DA AMAZÔNIA – FAM CRONOGRAMA DE AÇÕES DA CPA PARA A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE 2024														
ATIVIDADES	ENVOLVIDOS	CRONOGRAMA												
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
REUNIÕES ORDINÁRIAS	CPA		X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	
SENSIBILIZAÇÃO	CPA, Coordenações de curso, professores, discentes, Técnicos Administrativo e equipe de informática.			X	X	X	X		X	X	X			
COLETA DE DADOS	CPA						X						X	
PROCESSAMENTO DE DADOS	CPA												X	
ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO	CPA											X	X	X
DISCRIMINAÇÃO DAS POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES	CPA													X
FINALIZAÇÃO DO RELATÓRIO	CPA												X	X
AÇÕES DE DIVULGAÇÃO	CPA, Coordenações de curso, professores, discentes, Técnicos Administrativo e equipe de informática.													X
PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO	Equipe de informática													X
ENVIO AO E-MEC (2025)	CPA													X

RELATÓRIO FINAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O presente relatório deriva de análise quantitativa a partir da adesão da comunidade acadêmica aos instrumentos de autoavaliação (questionários), discussões em grupos, nos quais as narrativas se somam aos dados numéricos aqui apresentados. A combinação adequada da avaliação quantitativa e qualitativa pode superar algumas deficiências particulares dos métodos empregados.

O presente relatório estrutura-se em um eixo descritivo-qualitativo na perspectiva de que as informações aqui presentes sejam interpretadas de maneira objetiva, a fim de serem úteis na elaboração das políticas e ações institucionais da referida IES, além de colaborar com a implantação de uma cultura avaliativa no âmbito desta IES não somente devido às exigências legais, assim como pela própria compreensão da importância de se proceder com transparência perante a sociedade.

Os instrumentos avaliativos/questionários foram aplicados nos vários segmentos da IES, incluindo corpo discentes, docentes/coordenadores de curso e pessoal técnico-administrativo. Para todos os indicadores avaliados foram adotadas as seguintes opções como padrão de respostas, como descrito a seguir: **1 – Insatisfatório, 2 – Regular, 3 – Satisfatório, e 4 – Não tenho opinião/não sei responder.**

Cada grau de satisfação descrito a cima é correspondente a um conjunto de percepções que o sujeito que está avaliando pode ter sobre o o indicador avaliado.

É recomendável que mecanismos de controle façam parte de qualquer sistema educacional. Desta forma, sugere-se que a administração institucional utilize este diagnóstico como subsídio para empreender ações necessárias à melhoria da qualidade educacional e o desenvolvimento geral da Instituição.

A postura assumida nesta proposta é a de avaliação formativa, tendo como finalidade verificar se as atividades estão sendo desenvolvidas como planejado, examinando detalhadamente os processos implementados ou as metodologias empregadas, com o objetivo de identificar potencialidades e fragilidades, e ainda apresentar sugestões para que o objeto avaliado se torne mais eficiente.

Com vistas a efetivação deste processo autoavalitativo, realizou-se esta pesquisa com a finalidade de levantar índices de satisfação e insatisfação da comunidade acadêmica com relação a diversos indicadores, todos inclusos nas dimensões previstas pela Lei 10.861, que institui o Sistema de Avaliação.

A autoavaliação institucional da Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia do ano de 2024 abarcou as seguintes dimensões, para as quais objetivos específicos são



descritos:

- **Avaliação do desempenho do docente pelo discente – Objetivo:** verificar a percepção do aluno quanto ao exercício da atividade docente.
- **Avaliação da infraestrutura, instalações e serviços de apoio pelo corpo discente, docente e técnico administrativo - Objetivo:** avaliar vários aspectos relacionados à infraestrutura física disponibilizada para a comunidade acadêmica.
- **Avaliação dos coordenadores de curso pelos docentes - Objetivo:** verificar, junto aos professores, o nível de qualidade da coordenação, bem como da postura, do relacionamento pessoal e interpessoal no exercício da função de Coordenador de Curso. Subsidiar a CPA no melhor delineamento do processo acadêmico.
- **Avaliação dos serviços dos técnico-administrativos pelos docentes - Objetivo:** avaliar o nível de satisfação, o grau de informações e o desenvolvimento das pessoas e dos processos, com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho a melhoria da qualidade da instituição, bem como subsidiar a tomada de decisões.
- **Avaliação da infraestrutura institucional pelos Técnico-Administrativos - Objetivo:** avaliar junto ao corpo técnico administrativo os níveis de conhecimento e satisfação referentes a sua função e processos, com a finalidade de melhorar o ambiente de trabalho e, conseqüentemente, a qualidade dos serviços prestados.

Para obtenção e análise dos dados, utilizou-se questionários construídos na plataforma Google Formulários, através da qual as respostas de cada questionário, respondido online, foi organizada e distribuída quantitativamente (%) viabilizando a sistematização e visualização das informações.



RESULTADOS OBTIDOS NA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2024 DA FAM

São apresentados os dados obtidos após a aplicação dos instrumentos de avaliação aos diferentes seguimentos da comunidade acadêmica da FAM em 2024.

Tabela 1: Dados referente ao instrumento de autoavaliação Institucional respondido pelos Discentes.

Indicador	Respostas (%)			
	Insatisfatório	Regular	Satisfatório	Não tenho opinião/Não sei responder
Biblioteca Física	17,6	48,5	27,9	5,9
Biblioteca Virtual	26,5	25	17,6	30,9
Secretaria Acadêmica	48,5	36,8	11,8	2,9
Cantina de Alimentação	41,2	29,4	11,8	17,6
Laboratórios de Informática	16,2	23,5	25	35,3
Laboratórios de Aulas Práticas	14,7	29,4	29,4	26,5
Banheiros e Lavatórios	20,6	41,2	36,8	1,5
Salas de Aulas	30,9	41,2	23,5	4,4
Ouvidoria	25	25	13,2	36,8
Coordenação de Curso	19,1	30,9	48,5	1,5
Direção Acadêmica	35,3	29,4	20,6	14,7
Coordenação de Pesquisa e Extensão - CPE	22,1	30,9	17,6	29,4
Núcleo de Atendimento Psicopedagógico - NAP	14,7	22,1	14,7	48,5
Comissão Própria de Avaliação - CPA	32,4	16,2	19,1	32,4
Atuação dos Estudantes	10,3	41,2	39,7	8,8
Participação Efetiva como Discente	8,8	41,2	42,6	7,4
Segurança e Organização do Espaço Físico	8,8	45,6	44,1	1,5
Total de Respostas: 68				

Tabela 2: Dados referente ao instrumento de autoavaliação institucional respondido pelos Docentes.

Indicadores	Respostas (%)			
	Insatisfatório	Regular	Satisfatório	Não tenho opinião/Não sei responder
Infraestrutura das Salas de Aula	5,3	26,3	68,4	0
Infraestrutura da Sala de Professores	5,3	10,5	63,2	21,1
Infraestrutura da Biblioteca	15,8	42,1	36,8	5,3
Infraestrutura dos Laboratórios de Informática	26,3	21,1	31,6	21,1
Infraestrutura dos Laboratórios de Aulas Práticas	21,1	15,8	42,1	21,1
Secretaria Acadêmica	31,6	15,8	47,4	5,3
Coordenação de Curso	15,8	10,5	68,4	5,3
Assiduidade do Departamento Financeiro	10,5	31,6	42,1	15,8
Atuação dos Estudantes	5,3	31,6	47,4	15,8
Reconhecimento Institucional da Atuação Docente	5,3	26,3	57,9	10,5
Apoio Institucional para Realização de Atividades de Extensão	26,3	26,3	31,6	15,8
Apoio Institucional para Realização de Atividades de Pesquisa	42,1	10,5	36,8	10,5
Total de Respostas: 19				

Tabela 3: Dados referente ao instrumento de autoavaliação institucional respondido pelos Técnicos-Administrativos.

Indicadores	Respostas (%)			
	Insatisfatório	Regular	Satisfatório	Não tenho opinião/Não sei responder
Espaço Físico e Organização Geral da IES	0	20	60	20
Infraestrutura dos Banheiros	0	0	100	0
Infraestrutura e Organização das Salas/Departamentos de Trabalho	0	0	80	20
Gestão Institucional	0	0	100	0
Assiduidade do Departamento Financeiro	0	20	60	20
Clima Organizacional da Instituição	0	20	0	20
Reconhecimento Institucional	0	0	60	40
Apoio Institucional para Formação Continuada	20	20	40	20
Total de Respostas: 05				

Tabela 4: Dados referente ao instrumento de autoavaliação didático-pedagógica respondido pelos Discentes.

Indicadores	Respostas (%)			
	Insatisfatório	Regular	Satisfatório	Não tenho opinião/Não sei responder
Desempenho Docente: Apresentação de Plano de Curso, Metodologias de Ensino e Avaliação	22,7	27,3	22,7	27,3
Desempenho Didático do Docente	13,6	25	29,5	31,8
Desempenho Teórico-Prático do Docente	13,6	20,5	40,9	25
Desempenho Docente em Aulas Práticas	36,4	27,3	18,2	18,2
Atuação Docente Quanto ao ENADE	31,8	20,5	20,5	27,3
Total de Respostas: 44				

POTENCIALIDADES, FRAGILIDADES E AÇÕES CORRETIVAS PROPOSTAS

Após o processamento e análise parcial dos dados obtidos na autoavaliação referente ao ano 2024, foram elencadas as seguintes potencialidades e fragilidades relacionadas aos serviços e atividades desenvolvidas pela FAM.

Foram considerados potencialidades os indicadores que receberam 50% mais 1 (> 50%) de porcentagem de votos quando somados os percentuais das opções “satisfatório” e “Regular”. Os demais indicadores que receberam percentual menor que 49% (<50% menos 1 na somatória de votos “satisfatório” e “Regular”), da mesma forma, aqueles que obtiveram um percentual maior ou igual a 50% para a opção “Insatisfatório” foram indicados como fragilidades, incluiu-se também os percentuais de votos de “Não tenho opinião/Não sei Responder”.

Após a análise e interpretação dos dados coletados, a Comissão Própria de Avaliação da FAM tendo em vista as diretrizes e dimensões estabelecidas na 10.861/2004, pontuou-se as seguintes **potencialidades e fragilidades**, além da proposição de ações corretivas.

POTENCIALIDADES

A partir dos dados obtidos a partir das respostas os instrumentos de autoavaliação respondidos por toda comunidade acadêmica, incluindo alunos, professores e técnicos-administrativos (**Tabelas 1 a 4**) elencou-se as seguintes potencialidades:

- **Biblioteca física.**
- **Banheiros e lavatórios.**
- **Coordenações de curso.**
- **Laboratórios de Informática**



- **Laboratórios de aulas práticas.**
- **Infraestrutura das salas de aula.**
- **Infraestrutura da sala de professores.**
- **Assiduidade do departamento financeiro.**
- **Apoio institucional a formação continuada.**
- **Espaço físico e organização geral da IES.**
- **Segurança e organização do espaço físico.**
- **Reconhecimento institucional da atuação docente.**

FRAGILIDADES

Considerando os instrumentos de autoavaliação respondidos por toda comunidade acadêmica, incluindo alunos, professores e técnicos-administrativos (**Tabelas 1 a 4**) elencou-se as seguintes fragilidades a partir das quais ações corretivas foram propostas por esta comissão própria de avaliação.

1. Coordenação de Pesquisa e Extensão – CPE - Incentivo e fomento a pesquisa e extensão, além da ampliação da iniciação científica.

Proposta de ação: uma melhor proposta para a promoção e orientação de atividades de pesquisa na instituição.

2. Ouvidoria – Pouco conhecimento da ouvidoria e das suas atribuições.

Proposta de ação: A promoção de mais conhecimento do papel e atividades da ouvidoria como mediadora e de conflitos e promotora de mudanças nos canais de comunicação oficiais da IES.

3. Secretaria Acadêmica - Em muitos casos, não atende ou demora no retorno das demandas apresentadas pela comunidade acadêmica. Tives em função das adequações para o formato digital haja essa lentidão.

Proposta de ação: Adequações nos horários de atendimento da secretaria acadêmica e programação do recebimento e devolução das demandas apresentadas através de protocolos via sistema com datas de início e término a fim de garantir as respostas às demandas apresentadas em tempo hábil.

4. Núcleo de Atendimento Psicopedagógico – NAP - As ações do NAP são pouco conhecidas pela comunidade acadêmica.

Proposta de ação: A promoção da divulgação dos serviços do NAP utilizando os canais de comunicação oficiais da IES. Usar os momentos de ambientação dos calouros para fazer conhecimento do setor. Usar os murais da IES para isso. Manter uma comunicação



estreita entre NAP e coordenações, diretorias e setor de comunicação da IES.

5. Biblioteca Virtual - A utilização das plataformas de acesso ao acervo virtual representam um desafio aos alunos e comunidade acadêmica em geral.

Proposta de ação: incentivo ao uso do acervo virtual pelos alunos ao longo das disciplinas, assim como divulgação do acervo digital a toda comunidade a fim de aumentar a utilização das plataformas.

6. Comissão Própria de Avaliação - CPA - As ações da CPA e as avaliações institucionais são pouco conhecidos pela comunidade acadêmica.

Proposta de ação: intensificar o uso dos canais de comunicação da IES a fim de divulgar as ações e atividades desenvolvidas pela CPA, incluindo principalmente os momentos de autoavaliação institucional e divulgação dos resultados. Usar mais os murais internos para tal.

7. Cantina de Alimentação – Os horários de funcionamento e manutenção dos espaços de alimentação da cantina.

Proposta de ação: implementação de melhorias estruturais na lanchonete e espaços de alimentação da instituição, por exemplo adequação das condições de manuseio e disponibilidade dos lanches durante os turnos de funcionamento da instituição.

8. Atuação docente quanto ao ENADE – de modo geral os docentes não informam ou desenvolvem atividades relacionadas ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.

Proposta de ação: conscientizar os docentes nos momentos de formação pedagógica sobre a importância do ENADE como indicador de avaliação no nível superior. Incluir itens relacionados ao ENADE nos planos de curso e avaliações das disciplinas ofertadas.



ANEXOS – Links de acesso aos Instrumentos de Autoavaliação Institucional utilizados na autoavaição 2024 da CPA/FAM.

Instrumento de Autoavaliação
Instotucional pelo Discente
(<https://forms.gle/4PUbfoaMzTVshSXS9>)



Instrumento de Autoavaliação
Instotucional pelo Docente
(<https://forms.gle/YqK9rJ3iqpMaupFt6>)



Instrumento de Autoavaliação
Instotucional pelo corpo Técnico
Administrativo
(<https://forms.gle/hpEF9LvUKx7YkG6t6>)



Instrumento de Autoavaliação Didático
e Pedagógico pelo Discente
(<https://forms.gle/XRVUSFUHPXikvCK28>)

